

Crescimento Econômico e a Dinâmica do Mercado de Trabalho: Investigando a Influência da Restrição Externa nas Transições do Mercado de Trabalho Brasileiro nos Anos 1980 e 1990

Autor: Danilo Freitas Ramalho da Silva

Doutor e Mestre em Economia pelo IPE-USP

Email: danilofrs@gmail.com

Sessões Ordinárias

Área: 2. História Econômica e Economia Brasileira

Subárea: 2.3. Economia Brasileira Contemporânea

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a influência da restrição externa nas transições do mercado de trabalho brasileiro nas décadas de 1980 e 1990. Para isso, é construído um modelo de crescimento em que a taxa de crescimento de longo prazo é determinada pela taxa de crescimento da demanda restrita pela condição de equilíbrio de longo prazo do balanço de pagamentos. Tipicamente, quando a taxa de crescimento de longo prazo da demanda se encontra limitada superiormente pela restrição de equilíbrio do balanço de pagamentos, de modo a impedir sua igualdade com a taxa de crescimento de longo prazo da oferta, a taxa de crescimento da participação da força de trabalho diminui de modo a permitir essa compatibilização. Será mostrado empiricamente, então, que a restrição imposta pela condição de equilíbrio de longo prazo do balanço de pagamentos teve, de fato, impacto nas transições do mercado de trabalho brasileiro, nos anos 1980 e 1990, fazendo com que aumentasse a probabilidade do trabalhador formal transitar para o emprego informal, para o emprego por conta própria, para o desemprego e para fora da PEA, e corroborando, assim, a hipótese sugerida pelo modelo. Além disso, o aumento da intensidade da restrição externa no Brasil, a partir de 1996, foi responsável por aumentar o impacto de variações negativas da razão saldo transações correntes/PIB na probabilidade de saída da formalidade e da transição para o desemprego, em comparação ao período anterior.

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze the effect of the foreign constraint into transitions in the Brazilian labor market, during the 1980's and 1990's. To accomplish this task a growth model is built in which the long run rate of growth is determined by the balance of payments long run

equilibrium condition, which restricts the demand rate of growth. When it happens, so that the demand long run rate of growth is different from the supply long run rate of growth, the labor force participation rate of growth diminishes in order to establish the equality between them. It will be empirically shown, then, that the restriction imposed by the balance of payments long run condition indeed impacted the transitions in Brazilian labor market, in the 1980's and 1990's, through a raise in probability from formal job workers to move to informal jobs, self-employment, unemployment and inactivity, and, thus, corroborating the hypothesis suggested by the model. More than this, the raise in intensity in the foreign restriction, from 1996 onwards, was responsible for the raise in the impact of negative variations of the ratio current account/GDP in the probability of workers leaving formal jobs and of workers going unemployed, if compared to the previous period.

Crescimento Econômico e a Dinâmica do Mercado de Trabalho: Investigando a Influência da Restrição Externa nas Transições do Mercado de Trabalho Brasileiro nos Anos 1980 e 1990

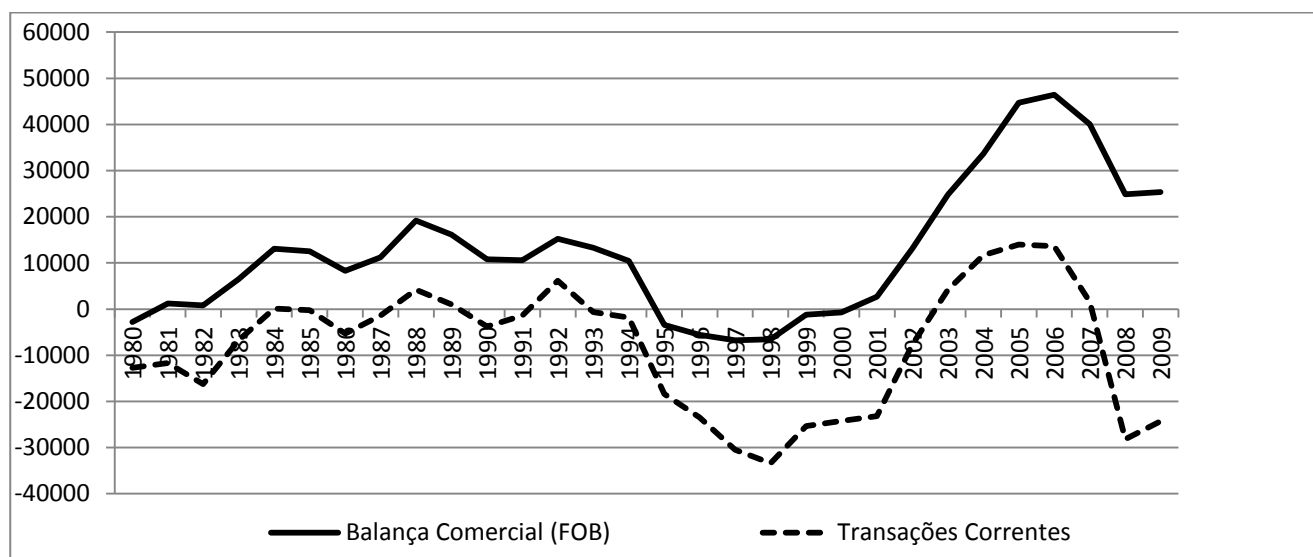
1 Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar a influência da restrição externa nas transições do mercado de trabalho brasileiro nas décadas de 1980 e 1990. Para isso, em primeiro lugar, será construído um modelo de crescimento em que a taxa de crescimento de longo prazo é determinada pela taxa de crescimento da demanda restrita pela condição de equilíbrio de longo prazo do balanço de pagamentos. Nesse modelo, a taxa de crescimento de longo prazo da oferta se ajusta à taxa de crescimento da demanda restrita pela condição de equilíbrio de longo prazo do balanço de pagamentos através de mudanças na taxa de crescimento da participação da força de trabalho. Como resultado desse ajuste via mercado de trabalho, uma taxa de crescimento de longo prazo de equilíbrio é alcançada. Em segundo lugar, será mostrado empiricamente que a restrição imposta pela condição de equilíbrio de longo prazo do balanço de pagamentos, teve, de fato, impacto nas transições do mercado de trabalho brasileiro, nos anos 1980 e 1990, via aumento na probabilidade do trabalhador formal transitar para o emprego informal, para o emprego por conta própria, para o desemprego e para fora da PEA. Será mostrado, também, que o aumento da intensidade da restrição externa, entre 1996 e 1999, no Brasil, foi responsável pelo aumento da magnitude do impacto de variações negativas da razão saldo transações correntes/PIB tanto na probabilidade de saída do trabalhador da condição de empregado formal quanto na probabilidade de transições para o desemprego.

Nos anos 1990, a economia brasileira passou por profundas mudanças,¹ em que se destacam as aberturas comercial e financeira. De acordo com Carvalho e Lima (2007: 36-7), as aberturas comercial e financeira foram responsáveis pelo aumento do coeficiente de comércio internacional do país, que veio acompanhado do aumento proporcional das importações de bens intensivos em tecnologia e capital em relação aos bens intensivos em mão-de-obra e recursos naturais. Segundo Carvalho (2006: 165), essas mudanças reconduziram a economia brasileira às suas vantagens comparativas no comércio internacional, implicando, por um lado, o aumento da produtividade do trabalho, mas, por outro lado, um padrão de especialização na produção perverso no que diz respeito ao equilíbrio das contas externas. Podemos ver na figura 1.1 a evolução da balança comercial e do saldo em transações correntes no Brasil no período 1980-2009 e a mudança de comportamento em ambas, entre 1995 e 2000, quando se tornam deficitárias.

¹ Veja Giambiagi e Moreira (1999) para um panorama geral das mudanças pelas quais passou a economia brasileira na década de 1990.

Figura 1.1: Balança Comercial e Transações Correntes (em US\$ milhões)

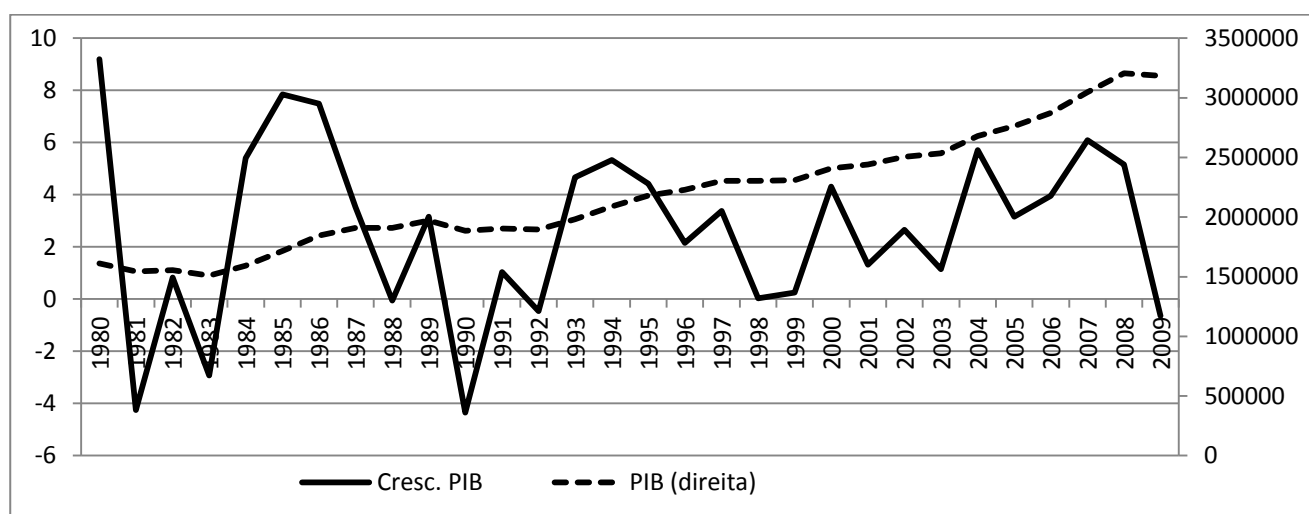


Fonte: Banco Central do Brasil

Carvalho (2006: 146) argumenta que houve uma quebra estrutural em 1994 no parâmetro estimado para a função de importação brasileira que mede a elasticidade-renda da demanda por importações. Esse resultado indica que a taxa de crescimento da demanda restrita pelo equilíbrio do balanço de pagamentos sofreu uma mudança estrutural em 1994, passando de 4,5% a.a., entre 1930 e 1993, para 2,8% a.a., entre 1994 e 2004, de modo a tornar a restrição externa de longo prazo ao crescimento mais intensa. Na mesma linha de Carvalho (2006), Gouvêa (2010: 115) argumenta que a trajetória da razão entre as elasticidades-renda da demanda por exportações e elasticidade-renda da demanda por importações, entre 1962 e 2006, no Brasil, pode ser dividida em dois subperíodos: de 1962 a 1995 e de 1996 a 2006. No primeiro período, essa razão foi crescente, de forma a relaxar continuamente a restrição de equilíbrio no balanço de pagamentos imposta ao crescimento da demanda. A partir de 1996, no entanto, essa razão passa a ter uma tendência declinante, de modo a intensificar a restrição de equilíbrio no balanço de pagamentos para o crescimento da demanda. A análise de Gouvêa (2010) se baseia na aplicação da lei de Thirlwall multisetorial para a economia brasileira, a partir da qual é possível captar a mudança da estrutura produtiva do país através de sua composição setorial de comércio internacional. Outro trabalho que enfatiza a mudança na composição setorial da indústria brasileira nos anos 1990 é a investigação de Carvalho e Kupfer (2008) acerca dos fatores explicativos do processo de especialização da indústria nesse período. De acordo com esses autores, o principal determinante do crescimento do emprego na indústria entre 1996 e 2004 deixou de ser a mudança tecnológica e passou a ser o comércio exterior, via exportações; fato observado principalmente nas indústrias de alimentos, bebidas, fumo, madeira, mobiliário, vestuários, couros e calçados.

É importante notarmos que a mudança da estrutura produtiva brasileira na segunda metade dos anos 1990 e suas respectivas implicações para a queda na relação entre as elasticidades-renda da demanda por exportações e importações, além de intensificar a restrição externa de equilíbrio de longo prazo do balanço de pagamentos, aumentou a dependência da economia brasileira em relação a investimentos estrangeiros, deixando-a mais vulnerável aos movimentos da economia internacional. Compreende-se, portanto, como as crises financeiras da Ásia, em 1997, e da Rússia, em 1998, e a consequente fuga de capitais dos países emergentes, dentre eles o Brasil, contribuíram para a crise do Balanço de Pagamentos brasileiro em 1998, bem como para um período de crescimento praticamente nulo entre os anos de 1998 e 1999, como podemos ver na figura 1.2:

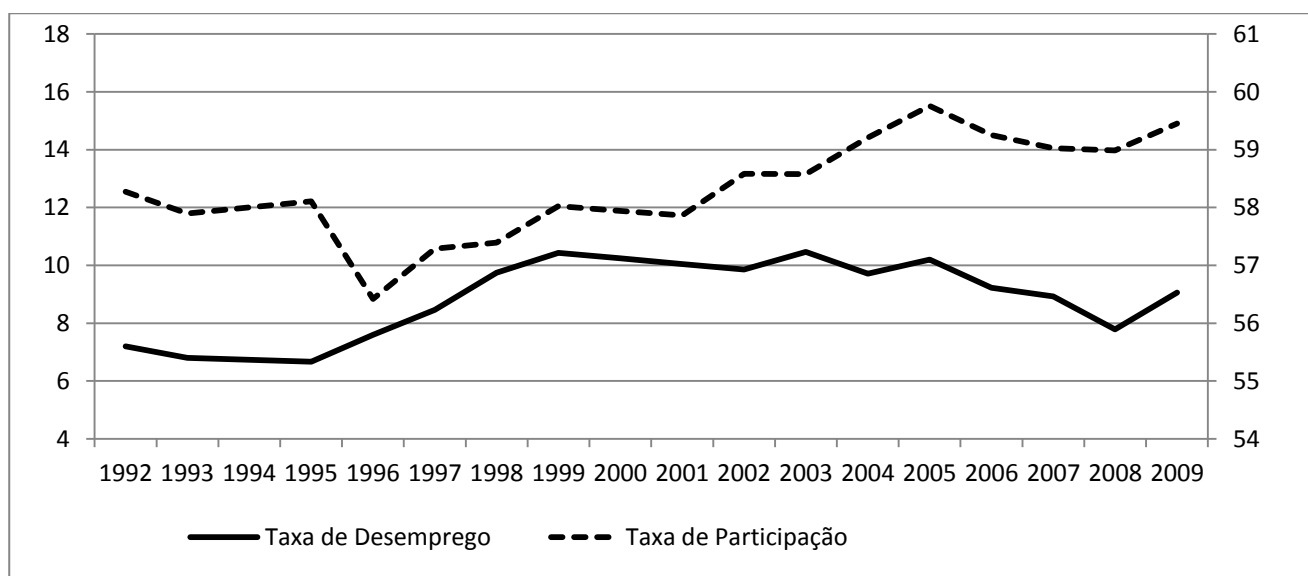
Figura 1.2: PIB (em milhões de reais de 2009) e taxa de crescimento do PIB (%)



Fonte: Banco Central do Brasil

Outro fato concomitante à mudança na estrutura produtiva da economia brasileira e às baixas taxas de crescimento do produto observadas no final dos anos 1990 foi o crescimento da taxa de desemprego. Notamos na figura 1.3 que em 1996 a taxa de desemprego salta de 6,6% para 7,6% e continua a subir até 10,4%, em 1999. A taxa de participação da força de trabalho, por sua vez, cai vertiginosamente em 1996 e só volta ao seu nível de 1995 quatro anos depois, em 1999.

Figura 1.3: Taxa de desemprego (% , escala à esquerda) e taxa de participação da força de trabalho (% , escala à direita) no Brasil, entre 1992 e 2009



Fonte: PNAD²

Dado que a taxa de desemprego começa a crescer de forma sensível já em 1996, portanto antes do período mais agudo da crise do balanço de pagamentos e de taxas nulas de crescimento do produto, faz-se conveniente uma análise mais profunda da dinâmica do mercado de trabalho brasileiro durante os anos 1990 a fim de se compreender o fenômeno do aumento da taxa de desemprego e relacioná-lo às mudanças estruturais pelas quais o país passou no mesmo período. De acordo com Neri *et al.* (2000), a década de 1990 pode ser dividida em dois sub-períodos em relação à sua dinâmica de funcionamento: o primeiro indo de 1990 a 1994 e o segundo de 1995 a 1998. No primeiro período, houve queda no emprego industrial e aumento do emprego nos setores de comércio e de serviço, que mantiveram a taxa de desemprego relativamente constante. No segundo período, mais especificamente a partir de 1997, o aumento do emprego nos setores de comércio e de serviço deixa de compensar a queda do emprego industrial e leva a um aumento sensível na taxa de desemprego da economia. Mas mais do que isso, no segundo período a taxa de desemprego passou a responder menos aos choques realocativos sofridos pela estrutura produtiva brasileira durante toda a década e a responder menos, também, aos choques de produto.

No que tange ao aumento da informalidade nas regiões metropolitanas brasileiras, na década de 1990, Ramos e Ferreira (2006: 474-7) argumentam que esta cresceu não apenas por conta do aumento da participação do emprego nos setores de comércio e serviço, nos quais, tipicamente, a informalidade é proporcionalmente maior, mas também por conta do aumento de relações trabalhistas informais na própria indústria de transformação. Ou seja, podemos dizer que a estrutura produtiva brasileira apresentou um movimento na direção do emprego informal por dois motivos

² As séries da PNAD do IBGE sobre taxa de desemprego, população em idade ativa e população economicamente ativa que contemplam a década de 1990 só estão disponíveis a partir de 1992.

básicos: pela realocação da atividade econômica para setores em que a informalidade esteve tradicionalmente mais presente – notadamente os setores de comércio e de serviço – e pelo próprio aumento da informalidade nos setores onde o emprego formal foi sempre preponderante – tipicamente a indústria de transformação.

Dado esse panorama do mercado de trabalho metropolitano brasileiro, este artigo pretende argumentar que a queda no emprego formal e o aumento da taxa de desemprego na década de 1990 foram causados pela mudança da estrutura produtiva brasileira. Ou seja, a realocação setorial da estrutura produtiva brasileira iniciada no começo da década de 1990 levou não só à mudança na razão das elasticidades-renda das demandas por exportação e importação e, conseqüentemente, a uma taxa de crescimento de longo prazo compatível com o equilíbrio do balanço de pagamentos mais baixa do que nos anos anteriores, mas também a uma taxa de desemprego mais alta nesse período, por conta, justamente, da maior vulnerabilidade externa, expressa pela deterioração do saldo em transações correntes do balanço de pagamentos, que acabou se revelando efetiva. É importante notarmos que essa mudança na estrutura produtiva também contribuiu para o aumento da taxa de desemprego através de outro canal, o do aumento proporcional dos empregos informais na economia brasileira, que apresentam, tipicamente, uma maior rotatividade em relação aos empregos formais.

Os passos seguintes deste trabalho são, respectivamente: a formalização de um modelo de crescimento com restrição externa em que a taxa de crescimento da participação da força de trabalho é a variável endógena relevante para o ajuste do modelo e a estimação das probabilidades de transição entre as situações dos trabalhadores no mercado de trabalho metropolitano brasileiro nas décadas de 1980 e 1990, à luz da restrição externa. Uma conclusão encerra o trabalho.

2 Taxa de Crescimento de Longo Prazo e a Dinâmica do Mercado de Trabalho

Nesta seção será construído um modelo de crescimento no qual a taxa de crescimento da demanda restrita pela condição de equilíbrio de longo prazo do balanço de pagamentos é a determinante, em última instância, da taxa de crescimento de longo prazo da economia, fazendo com que a taxa de crescimento de longo prazo da oferta agregada tenha papel fundamental no ajuste do equilíbrio do crescimento de longo prazo através de mudanças endógenas na taxa de crescimento da participação da força de trabalho.

Thirlwall (1979) argumenta que nas economias abertas uma das restrições mais relevantes ao crescimento da demanda e, conseqüentemente, ao crescimento da economia é a manutenção do equilíbrio de longo prazo do balanço de pagamentos. Admitindo-se que, no longo prazo, a conta corrente do balanço de pagamentos de um país tem que estar equilibrado, ou seja, $X = M$ e, portanto, também, $x = m$ (taxas de crescimento), esta condição pode se tornar um entrave ao

crescimento da demanda. Pode, por exemplo, fazer com que a taxa de crescimento de longo prazo da demanda seja inferior à taxa natural de crescimento, sendo, então, responsável, em última instância, pela determinação da taxa de crescimento de longo prazo da economia. O modelo de Thirlwall (1979) pode ser sintetizado na seguinte equação:

$$(1) y_{Bt} = \varepsilon \cdot z_t / \pi$$

y_{Bt} : taxa de crescimento econômico compatível com o equilíbrio do balanço de pagamentos; ε : elasticidade-renda da demanda por exportações; z_t : taxa de crescimento da renda mundial; π : elasticidade-renda da demanda por importações.

O mecanismo de determinação da taxa de crescimento da oferta agregada pela demanda agregada restrita pelo equilíbrio no balanço de pagamentos se dá, de acordo com Thirlwall (1979), da seguinte forma: uma vez que a capacidade de crescimento através da plena de utilização dos fatores de produção não é atingida, um ciclo vicioso se instaura na economia: o investimento é desencorajado, o progresso tecnológico desacelera e os bens produzidos internamente se tornam menos atrativos do que os bens produzidos no exterior, fazendo com que o balanço de pagamentos em conta corrente se deteriore mais ainda. Por outro lado, se a taxa de crescimento de longo prazo da demanda for maior do que a da oferta, ou seja, se o balanço de pagamentos não se colocar como restrição ao crescimento de longo prazo da demanda para além das taxas de crescimento de longo prazo da oferta, a própria taxa de crescimento de longo prazo da oferta pode aumentar devido a pressões de demanda, e o limite dessa expansão seria, exatamente, a taxa de crescimento de longo prazo da demanda compatível com o equilíbrio no balanço de pagamentos. Thirlwall (1979) aponta alguns mecanismos através dos quais esse fenômeno pode se dar: encorajamento a investir, o que aumenta o estoque de capital e traz consigo progresso tecnológico; aumento da oferta de trabalho, através da introdução de trabalhadores outrora alijados do processo produtivo ou ainda de outros países; movimento dos fatores de produção de setores de baixa produtividade para setores de alta produtividade e maior capacidade de importação. Isso tudo torna os recursos mais produtivos e, assim, aumenta a capacidade produtiva. Portanto, não importam quais sejam os valores das taxas de crescimento de longo prazo da demanda compatível com o equilíbrio do balanço de pagamentos e da taxa de crescimento de longo prazo da oferta, a primeira será, sempre, a determinante, em última instância, do crescimento de longo prazo da economia, numa abordagem à Thirlwall, e o equilíbrio do balanço de pagamentos será a sua restrição.

Algumas críticas a esse modelo de Thirlwall (1979) são encontradas recorrentemente na literatura econômica. Duas das principais versam sobre: i) levar em conta apenas o equilíbrio em conta corrente na especificação da equação do balanço de pagamentos e ii) assumir constância dos

termos de troca. Para entendê-las melhor, vamos analisar, agora, o modelo de Thirlwall (1979) em sua equação fundamental, com a presença dos termos que representam os preços de importação e exportação, suas respectivas elasticidades e a taxa nominal de câmbio:

$$(2) y_B = [(1 + \eta + \psi) (p_d - p_f - e) + \varepsilon \cdot z] / \pi$$

y_B : taxa de crescimento da economia com balanço de pagamentos equilibrado; η : elasticidade-preço da demanda por exportações; ψ : elasticidade-preço da demanda por importações; p_d : taxa de crescimento do preço das exportações, em moeda local; p_f : taxa de crescimento do preço das importações, em moeda estrangeira; e : taxa de crescimento da taxa nominal de câmbio; ε : elasticidade-renda da demanda por exportações; z : taxa de crescimento da renda do resto do mundo; π : elasticidade-renda da demanda por importações.

Em relação à primeira crítica, Thirlwall e Hussain (1982) desenvolveram um modelo em que a conta financeira entra na equação do balanço de pagamentos, sem que isso afete a lógica de determinação do crescimento econômico de longo prazo restrito pelo crescimento da demanda. Em relação à segunda crítica, Thirlwall (1979) já apresentava evidências empíricas que sugeririam a existência de uma constância nos termos de troca ao longo do tempo, fazendo com que o termo $(p_d - p_f - e)$ fosse igual a zero. Essas evidências fizeram com que Thirlwall (1979) pudesse reescrever a equação (2) da forma como foi apresentada primeiramente, ou seja:

$$(3) y_B = x / \pi; \text{ sendo que } x = \varepsilon \cdot z, \text{ e representa a taxa de crescimento das exportações.}$$

Palley (2002) argumenta que existe uma inconsistência interna no modelo de crescimento econômico restrito pelo balanço de pagamentos, *a la* Thirlwall. Ele diz que o equilíbrio de longo prazo requer que as taxas de crescimento da demanda e da oferta de longo prazo sejam iguais, e Thirlwall (1979) teria apenas esboçado esse mecanismo de ajuste. Porém, nada garante que a taxa de crescimento de longo prazo da demanda, compatível com o equilíbrio no balanço de pagamentos, seja igual à taxa de crescimento de longo prazo da oferta. Uma eventual discrepância entre elas não seria plausível, uma vez que o aumento indefinido da capacidade ociosa, ou do excesso de demanda, não é o que se observa nas economias do mundo. Usando a notação de Palley (2002), podemos escrever seu modelo da seguinte forma:³

³ Neste momento, a notação original de Palley (2002) foi mantida a fim de facilitar a exposição do seu modelo. Mais adiante, ela será mudada de forma a unificar-se à notação de Thirlwall (1979) e estabelecer-se uma única notação para o modelo a ser desenvolvido neste trabalho.

$$(4) \mathbf{x} = \mathbf{a}_0 \mathbf{g}^*$$

$$(5) \mathbf{m} = \mathbf{b}_0 \mathbf{g}^d$$

$$(6) \mathbf{x} = \mathbf{m}$$

$$(7) \lambda = \mathbf{c}_0 + \mathbf{c}_1 \mathbf{g}^d \text{ (Lei de Verdoorn), } 0 < \mathbf{c}_1 < 1.$$

$$(8) \mathbf{g}^s = \lambda + \mathbf{n}$$

\mathbf{x} : taxa de crescimento das exportações; \mathbf{g}^* : taxa de crescimento da renda mundial; \mathbf{m} : taxa de crescimento das importações; \mathbf{g}^d : taxa de crescimento da renda doméstica (demanda); λ : taxa de crescimento da produtividade do trabalho; \mathbf{n} : taxa de crescimento da força de trabalho; \mathbf{g}^s : taxa de crescimento de longo prazo da oferta.

Resolvendo estas equações para \mathbf{g}^d e \mathbf{g}^s , em função dos parâmetros do modelo e das variáveis exógenas (\mathbf{g}^* e \mathbf{n}), temos que:

$$(9) \mathbf{g}^d = \mathbf{a}_0 \mathbf{g}^* / \mathbf{b}_0$$

$$(10) \mathbf{g}^s = \mathbf{c}_0 + \mathbf{c}_1 \mathbf{a}_0 \mathbf{g}^* / \mathbf{b}_0 + \mathbf{n}$$

A única solução para (11) $\mathbf{g}^d = \mathbf{g}^s$ é:

$$(12) \mathbf{g}^* = [\mathbf{c}_0 + \mathbf{n}] / [\mathbf{a}_0 / \mathbf{b}_0 - \mathbf{c}_1]$$

Sendo assim, a menos que a condição (12) ocorra, ou seja, a menos que a taxa de crescimento da renda mundial tenha o valor descrito em (12), as taxas de crescimento de longo prazo da oferta e da demanda serão diferentes, e aí estaria a inconsistência do modelo de Thirlwall (1979), apontada por Palley (2002). Se $\mathbf{g}^* > [\mathbf{c}_0 + \mathbf{n}] / [\mathbf{a}_0 / \mathbf{b}_0 - \mathbf{c}_1]$, tem-se que o excesso de demanda cresce indefinidamente, se $\mathbf{g}^* < [\mathbf{c}_0 + \mathbf{n}] / [\mathbf{a}_0 / \mathbf{b}_0 - \mathbf{c}_1]$, tem-se que o excesso de oferta cresce indefinidamente. Palley (2002) sugere que uma forma de resolver essa inconsistência seria fazer com que a taxa de crescimento de longo prazo da oferta se ajustasse à taxa de crescimento de longo prazo da demanda, compatível com o equilíbrio do balanço de pagamentos. Reescrevendo (8), de modo a explicitarmos os termos que compõem a taxa de crescimento da força de trabalho (\mathbf{n}), temos que:

$$(8a) \mathbf{g}^s = \lambda + \mathbf{h} + \mathbf{s} + \mathbf{p}$$

\mathbf{h} : taxa de crescimento das horas trabalhadas; \mathbf{s} : taxa de crescimento da participação da força de trabalho; \mathbf{p} : taxa de crescimento populacional.

Palley (2002) argumenta que, como o número de horas trabalhadas (**H**) é limitado inferiormente por zero e superiormente por 24, e a participação da força de trabalho (**S**) tem limite inferior de zero e superior de 100, sua capacidade de ajuste pode se esgotar no médio prazo e, por isso, ambas as taxas de crescimento, **h** e **s**, não seriam suficientes para garantir o equilíbrio de longo prazo entre o crescimento da oferta e o crescimento da demanda. A variável que proporcionaria esse ajuste, no longo prazo, seria apenas a taxa de crescimento populacional (**p**), que poderia variar livremente e, assim, fazer com que a taxa de crescimento da oferta se ajustasse à taxa de crescimento da demanda compatível com o equilíbrio do balanço de pagamentos. Reescrevendo o modelo de Palley (2002) em uma linguagem *à la* Thirlwall, podemos usar **(1)** no lugar de **(9)** e substituir g^s por y_P , sem alterar o seu significado. A restrição **(11)** pode ser reescrita, então, como $y_B = y_P$. Sendo assim:

$$(13) \quad \varepsilon z_t / \pi = \lambda + n$$

$$(14) \quad \lambda = \alpha + \beta \varepsilon z_t / \pi$$

$$(15) \quad \varepsilon z_t / \pi = (\alpha + n) / (1 - \beta)$$

Vamos alterar, agora, essa última variação do modelo de Palley (2002) exposto até aqui e assumir que **h** e **p** são constantes no longo prazo. Sendo assim, tendo em mente que $n = h + s + p$, a única possibilidade de mudança na taxa de crescimento da força de trabalho (**n**) vem de mudanças na taxa de crescimento da participação da força de trabalho (**s**), o que nos permite escrever $n = \bar{n}_0 + s$, sendo que **s** não pode assumir valores positivos quando a taxa de participação da força de trabalho for de 100%. Logo:

$$(16) \quad \varepsilon z_t / \pi = (\alpha + n_0 + s) / (1 - \beta)$$

Esta **(16)** é a equação fundamental do modelo proposto neste artigo. Ao contrário de Palley (2002) - que sugere que a taxa de crescimento populacional (**p**) seja a variável endógena do modelo -, ela nos diz que a taxa de crescimento da participação da força de trabalho (**s**) se ajusta, no longo prazo, para que não haja crescimento do excesso de oferta indefinidamente, levando-se em conta, sempre, que essa capacidade de ajuste é restrita, pois a participação da força de trabalho tem limite inferior de zero e superior de 100%. Tipicamente, em uma situação de restrição externa ao crescimento da demanda, imposta pela condição de equilíbrio do balanço de pagamentos, em que $\varepsilon z_t / \pi < (\alpha + n_0 + s) / (1 - \beta)$, há uma diminuição na taxa de crescimento da participação da força de trabalho, de modo a gerar uma posição final de equilíbrio em que a taxa de crescimento da oferta é menor do que a inicial, de forma a se estabelecer o equilíbrio de longo prazo. Na situação oposta,

em que a restrição ao crescimento se dá pelo lado do crescimento da oferta, $\varepsilon \cdot z_t / \pi > (\alpha + n_0 + s) / (1 - \beta)$, há um aumento na taxa de crescimento da participação da força de trabalho, de modo a se estabelecer o equilíbrio de longo prazo.

Esse seria um mecanismo de se atingir o equilíbrio de longo prazo entre as duas taxas de crescimento no qual há, sempre, em última instância, o ajuste pelo lado da oferta, através da redução ou do aumento da taxa de crescimento da participação da força de trabalho e consequente queda ou aumento da taxa natural de crescimento. Ou seja, no caso específico em que a taxa de crescimento da economia é restrita pelo equilíbrio do balanço de pagamentos, a taxa de crescimento da participação da força de trabalho se ajusta de modo a fazer com que as duas taxas de crescimento tenham um valor de equilíbrio de longo prazo. Podemos dizer que uma queda na taxa de crescimento da participação da força de trabalho, induzida pela intensificação da restrição de equilíbrio de longo prazo do balanço de pagamentos, é sintoma de uma economia que diminuiu sua capacidade de crescimento de longo prazo e sofre com o aumento da inatividade, da informalidade e do desemprego. Este teria sido o caso da economia brasileira nos anos 1990, que será objeto de estudo da próxima seção.

3 Investigando a Influência da Restrição Externa nas Transações do Mercado de Trabalho Brasileiro

O objetivo desta seção é analisar empiricamente o impacto da restrição externa imposta pela condição de equilíbrio do balanço de pagamentos na dinâmica do mercado de trabalho brasileiro nos anos 1980 e 1990, mais especificamente na distribuição dos trabalhadores entre as situações de empregado formal, empregado informal, empregado por conta própria, desempregado e fora da PEA. Para realizar essa tarefa, este artigo usará como medida de restrição externa a razão saldo em transações correntes/PIB e, então, calculará o seu impacto na probabilidade de transição dos trabalhadores entre as situações descritas acima. Será mostrado que a presença de restrição externa, nesse período, manifestada através de variações negativas da razão saldo em transações correntes/PIB, aumenta as probabilidades de transição dos trabalhadores formais para a informalidade, para o trabalho por conta própria, para o desemprego e para a inatividade (saída da PEA), ao mesmo tempo em que diminui a probabilidade de transição dos trabalhadores para a formalidade. Mais do que isso, será mostrado que o impacto da restrição externa na probabilidade de transição do trabalhador para o desemprego sofre um aumento específico a partir de 1996, quando essa restrição se torna mais intensa. É também a partir de 1996 que o impacto da restrição externa na probabilidade de saída do trabalhador do emprego formal sofre um aumento específico. Esses resultados sugerem que houve um movimento no mercado de trabalho brasileiro, na década de 1990, no qual os trabalhadores tiveram aumentadas suas chances de perder o emprego formal e

transitar para o emprego informal, para o desemprego e para fora da PEA, muito por conta de variações negativas na razão saldo em transações correntes/PIB. Além disso, a partir de 1996, quando houve um aumento de intensidade da restrição externa, o impacto da razão saldo em transações correntes/PIB nas chances de transição para o desemprego e de saída do emprego formal foram especificamente maiores, comparativamente aos anos anteriores.

Para fazer essa análise, este trabalho seguirá o método econométrico empregado por Curi e Menezes-Filho (2006), que se baseia na estimação de um modelo logit multinomial que mede as probabilidades das transições dos trabalhadores entre as diferentes situações no mercado de trabalho. Curi e Menezes-Filho (2006) analisam essas transições entre as situações de emprego formal, emprego informal, emprego por conta própria, desemprego e fora da PEA, para as décadas de 1980 e 1990 - e o mesmo será feito neste trabalho. No entanto, Curi e Menezes-Filho (2006) analisam os resultados com o propósito de investigar a existência ou não de segmentação do mercado de trabalho brasileiro, baseando sua análise nos diferenciais de salários entre os trabalhadores formais e informais. Neste artigo, diferentemente, as transições serão avaliadas como movimentos resultantes da restrição externa da economia brasileira, medida através da razão saldo em transações correntes/PIB nas décadas de 1980 e 1990, sem deixar de se levar em conta, também, as características específicas dos trabalhadores.

3.1 Dados

Este trabalho usou como fonte de dados a PME (Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE) dos meses de janeiro de 1984 a dezembro de 2001, para as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife. Nessa pesquisa, cada domicílio foi visitado por quatro meses consecutivos, ficando fora da pesquisa nos oito meses seguintes e voltando a ser entrevistado, consecutivamente, nos quatro meses seguintes. Assim sendo, as entrevistas são feitas nos mesmos quatro meses, de um ano para o outro, nos mesmos domicílios. Vale ressaltar que o método de pesquisa utilizado pela PME até 2001 faz com que só se possa acompanhar o indivíduo de um ano par para um ano ímpar, pois a cada ano par todos os domicílios pesquisados mudam.⁴ A partir dos dados da PME, foram construídas as variáveis de interesse, sendo cinco as variáveis de situação do trabalhador que foram escolhidas para análise, quais sejam: “empregado formal”, “empregado informal”, “empregado por conta própria”, “desempregado” e “fora da PEA”. É importante ressaltar que os indivíduos com menos de dezoito anos foram excluídos dos dados sob análise, o que faz com que todos os indivíduos restantes façam parte da PIA. Dessa forma, variações na PEA podem ser interpretadas, diretamente, como variações na taxa de participação da força de trabalho. Para efeito de controle, outras variáveis foram definidas. A

⁴ Veja Ribas e Soares (2008) para maiores explicações sobre o método de pesquisa utilizado pela PME.

primeira foi o “tempo na situação” em que o trabalhador se encontrava na quarta entrevista. Os trabalhadores foram divididos entre os que estavam há menos de três meses naquela situação – emprego formal, emprego informal, emprego por conta própria, desemprego ou fora da PEA – e os que estavam há, pelos menos, três meses naquela situação. A construção e a inclusão dessa variável almejam evitar o problema de censura à esquerda (da quarta entrevista) dos dados e, ao mesmo tempo, auferir se as probabilidades de transição entre situações são, de fato, dependentes do tempo na situação, como sugerido por Neri *et al* (1997, p. 143). De acordo com o procedimento usual na literatura,⁵ os trabalhadores também foram divididos em quatro grupos de acordo com seu nível de escolaridade: os com menos de quatro anos de estudo, os com quatro a sete anos de estudo, os com oito a onze anos de estudo e os com mais de onze anos de estudo. A idade dos trabalhadores, bem como a região metropolitana na qual eles residem também foram levados em conta na estimação da probabilidade de transição entre as três situações possíveis. A variável que representaria os anos entre os quais ocorreram as transições foi propositalmente omitida. Isso não é um problema, pois a variável “Saldo em Transações Correntes/PIB”, mediada ano a ano, capta exatamente a mudança macroeconômica que poderia ser captada pela variável de ano. A propósito, a variável de interesse desta análise, o “Saldo em Transações Correntes/PIB”, foi calculada através da média da razão entre o saldo em transações correntes e o PIB brasileiros entre um ano par e seu ano ímpar seguinte (ex: 1984/1985, 1986/1987 e assim por diante), a partir de dados do Banco Central do Brasil. Vale lembrar, mais uma vez, que todas as transições foram medidas entre a quarta e a oitava entrevistas dos trabalhadores, sendo que não é levado em conta o que aconteceu entre elas.

3.2 Modelo Econométrico

O modelo econométrico usado neste trabalho para medir o impacto de cada variável na probabilidade de transição dos trabalhadores entre as cinco situações no mercado de trabalho foi o logit multinomial. Estamos lidando com cinco respostas possíveis: “fora da PEA” assume o valor zero, “emprego formal” assume o valor um, “desemprego” assume o valor dois, “emprego informal” assume o valor três e “emprego por conta própria” assume o valor quatro, sendo que a escolha desses valores para cada situação é totalmente arbitrária e não influencia o resultado. Devemos interpretar os coeficientes estimados como o impacto relativo à variável omitida na probabilidade de transição para uma determinada situação, em relação à probabilidade de permanência na mesma situação. Por exemplo, para os trabalhadores inicialmente empregados formalmente que transitaram para o desemprego, o coeficiente da variável explicativa “homem” (0.23) mede o impacto de o trabalhador ser homem, em relação ao de ser mulher, na probabilidade

⁵ Veja Curi e Menezes (2006), por exemplo.

de transitar para o desemprego, em comparação a continuar empregado formalmente, como pode ser visto no caso da tabela 3.1, abaixo:

Tabela 3.1: Transições a Partir da Formalidade

Variáveis Independentes	Variável Dependente			
	Informal	C. Própria	Desemprego	Fora PEA
	Coeficiente (Desvio Padrão)			
Formal \geq 3 meses	-1.678*** (0.0167)	-1.336*** (0.0245)	-0.599*** (0.0297)	-0.794*** (0.0212)
4 a 7 anos de estudo	0.0134 (0.0269)	-0.226*** (0.0320)	0.0769* (0.0417)	0.0361 (0.0286)
8 a 10 anos de estudo	-0.0417 (0.0260)	-0.620*** (0.0326)	-0.0494 (0.0407)	-0.259*** (0.0284)
11 ou mais anos de estudo	0.282*** (0.0285)	-0.846*** (0.0434)	-0.707*** (0.0563)	-0.651*** (0.0367)
Recife	-0.0293 (0.0303)	-0.298*** (0.0447)	0.209*** (0.0500)	-0.0663* (0.0364)
Belo Horizonte	-0.0951*** (0.0253)	-0.207*** (0.0352)	0.0493 (0.0422)	-0.118*** (0.0295)
Sao Paulo	-0.158*** (0.0242)	-0.443*** (0.0354)	0.255*** (0.0393)	-0.168*** (0.0284)
Porto Alegre	-0.288*** (0.0282)	-0.170*** (0.0377)	0.101** (0.0442)	-0.0688** (0.0308)
Salvador	-0.108*** (0.0315)	-0.0334 (0.0422)	0.385*** (0.0484)	-0.0476 (0.0370)
Homem	-0.194*** (0.0168)	0.546*** (0.0271)	0.230*** (0.0270)	-0.985*** (0.0190)
Idade	-0.0499*** (0.00415)	0.0893*** (0.00693)	-0.0945*** (0.00742)	-0.185*** (0.00414)
Idade ao quadrado	0.000731*** (5.39e-05)	0.00115*** (9.21e-05)	0.000744*** (0.000105)	0.00257*** (5.17e-05)
Saldo TC/PIB	-5.899*** (0.473)	-4.449*** (0.682)	-12.03*** (0.722)	-8.469*** (0.543)
Constante	-0.174** (0.0806)	-3.451*** (0.130)	-0.947*** (0.132)	1.701*** (0.0838)
R ²	0,0668			
Observações	219542			

*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1

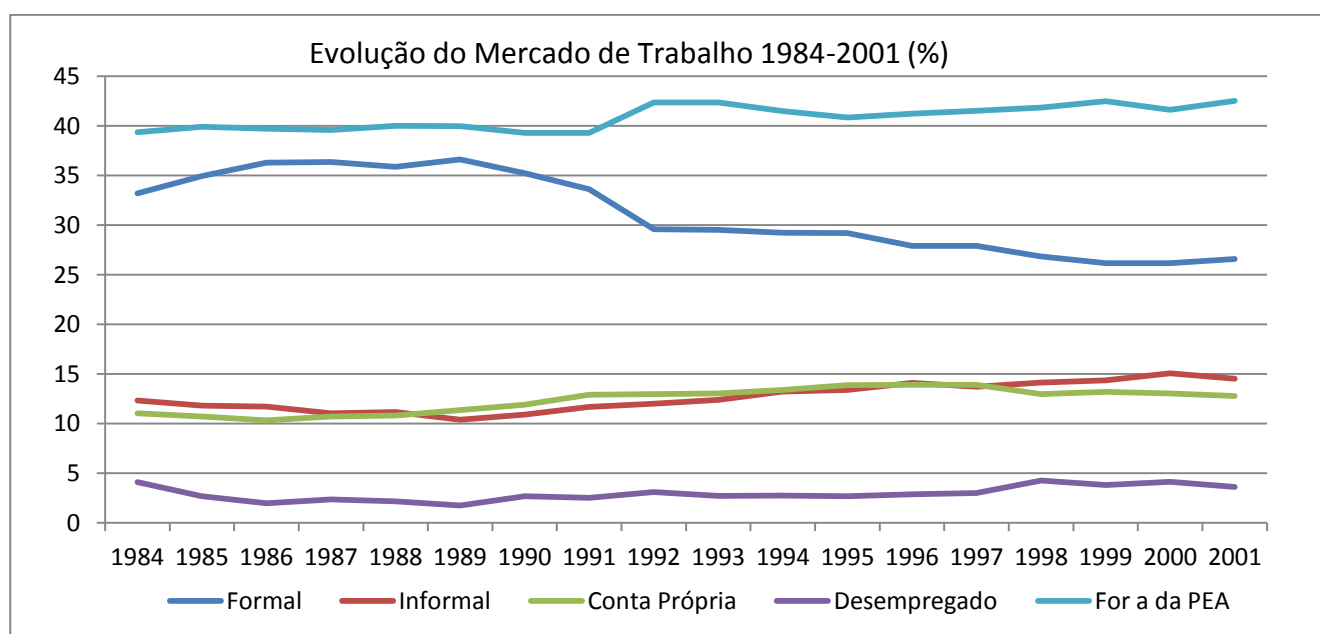
No entanto, não temos como afirmar se o fato desse trabalhador ser homem aumenta ou diminui a probabilidade de transição para o desemprego sem antes comparar o coeficiente associado à variável “homem” estimado para a transição para o desemprego com o mesmo coeficiente estimado para a transição para as outras situações. É por isso que se faz conveniente calcular os efeitos marginais de cada variável nas probabilidades de cada transição dos trabalhadores, para

facilitar a interpretação dos resultados, o que será feito mais adiante, após a análise descritiva dos dados.

3.3 Análise Descritiva

Analisando a figura 3.1, podemos acompanhar a evolução das parcelas dos trabalhadores formais, informais, por conta própria, desempregados e fora da PEA no total da força de trabalho, desde 1984 até 2001. De um modo geral, percebem-se uma tendência de queda na parcela dos trabalhadores formais no início dos anos 1990 e um aumento da parcela dos trabalhadores informais, dos trabalhadores por conta própria, dos desempregados e dos inativos, a partir do mesmo período.

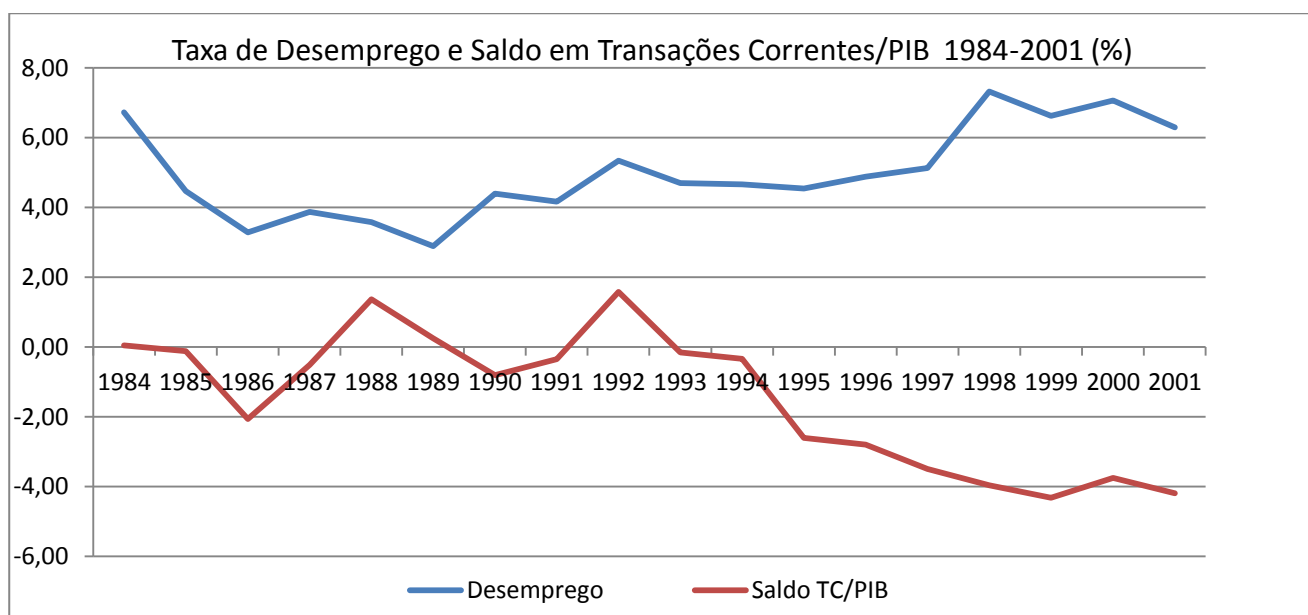
Figura 3.1: Evolução do Mercado de Trabalho 1984-2001 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME do IBGE.

O aumento da parcela dos trabalhadores desempregados se traduz em um aumento significativo, a partir de 1996, da taxa de desemprego, que mede a proporção de trabalhadores desempregados no total da PEA, como pode ser visto na figura 3.2. Percebe-se, também, na mesma figura 3.2, como as séries de taxa de desemprego e de saldo em transações correntes/PIB se “descolam” a partir de 1996, ou seja, apresentam trajetórias divergentes, esboçando a relação de causalidade inversa a ser demonstrada.

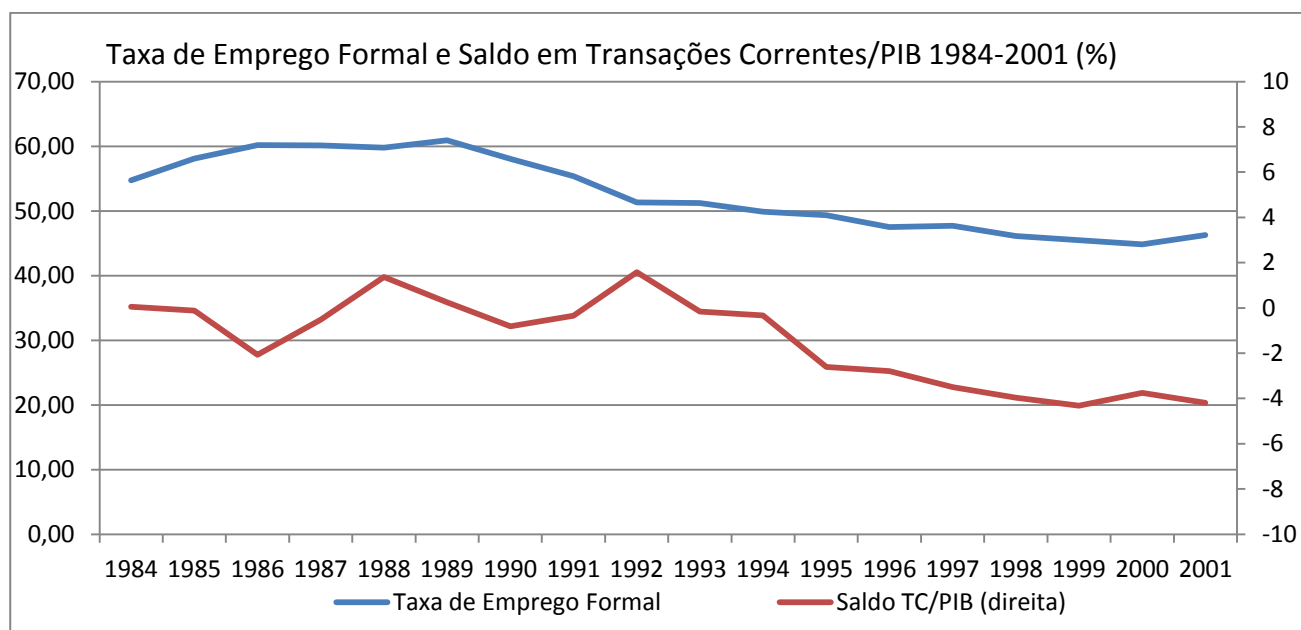
Figura 3.2: Taxa de Desemprego e Saldo em Transações Correntes/PIB 1984-2001 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME do IBGE.

A queda na parcela dos trabalhadores formais pode ser vista com maiores detalhes na figura 3.3, que mostra a evolução da taxa de emprego formal e do saldo em transações correntes/PIB. Nela, podemos ver que, a partir de 1995, as séries parecem mais correlacionadas, o que pode sugerir uma maior causalidade da queda da razão saldo em transações correntes/PIB na queda da taxa de emprego, a ser analisada posteriormente.

Figura 3.3: Taxa de Emprego Formal e Saldo em Transações Correntes/PIB 1984-2001 (%)

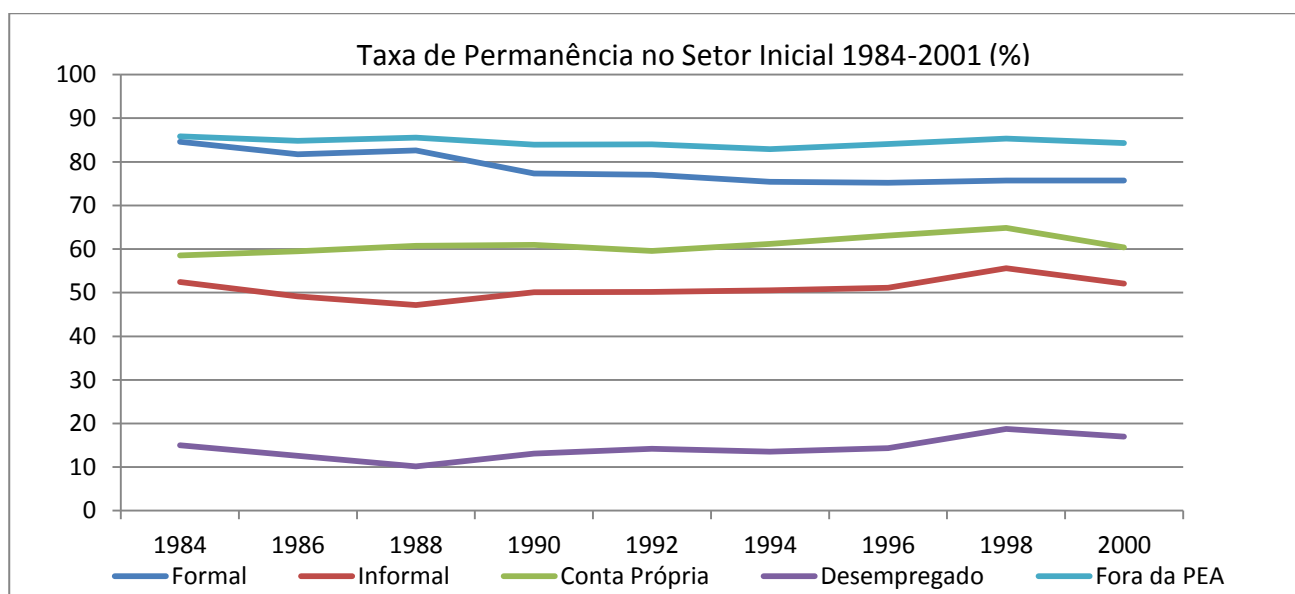


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME do IBGE.

Sugere-se, então, um movimento específico no mercado de trabalho brasileiro, nos anos 1990: queda na parcela dos trabalhadores formais e aumento nas parcelas dos trabalhadores informais, por conta própria, desempregados e inativos. Especificamente a partir de 1996, constata-se uma maior correlação negativa entre a razão saldo em transações correntes/PIB e a taxa de desemprego e uma maior correlação positiva entre a razão saldo em transações correntes/PIB e a taxa de emprego formal. Ou seja, no período em que a restrição externa se torna mais intensa e há sensível deterioração das contas externas brasileiras, há, também, aumento do desemprego e da saída de trabalhadores do emprego formal. Nesse processo, o trabalho formal perde espaço para as outras situações no mercado de trabalho, acentuando uma tendência que teve início no começo dos anos 1990. Para melhor entendermos a dinâmica da composição das situações no mercado de trabalho metropolitano brasileiro nos anos 1980 e 1990, faz-se pertinente uma análise das transições entre elas.

A figura 3.4 nos dá uma primeira pista do que houve com a mobilidade entre as situações dos trabalhadores no mercado de trabalho, principalmente no período em que a restrição externa se tornou mais intensa e houve a deterioração nas contas externas brasileiras. A taxa de permanência no setor inicial dos trabalhadores desempregados aumentou sensivelmente a partir de 1996 e se manteve acima de sua média histórica, assim como a taxa de permanência no setor inicial dos trabalhadores informais, que seguiu exatamente o mesmo movimento. Isso nos leva a crer que a informalidade e o desemprego andaram juntos nesse período. Vale notar que a partir de 1996 observou-se a maior taxa de permanência na série para os trabalhadores por conta própria e para os indivíduos fora da PEA também. Por outro lado, a taxa de permanência do trabalhador formal, no mesmo período, foi a menor da série histórica. Isso nos leva a crer que esse período testemunhou uma estagnação nas posições do mercado de trabalho, exceto para os trabalhadores formais. O destino dos trabalhadores formais pode ser bastante esclarecedor, então, da dinâmica do mercado de trabalho brasileiro no período em que a restrição externa se tornou mais intensa.

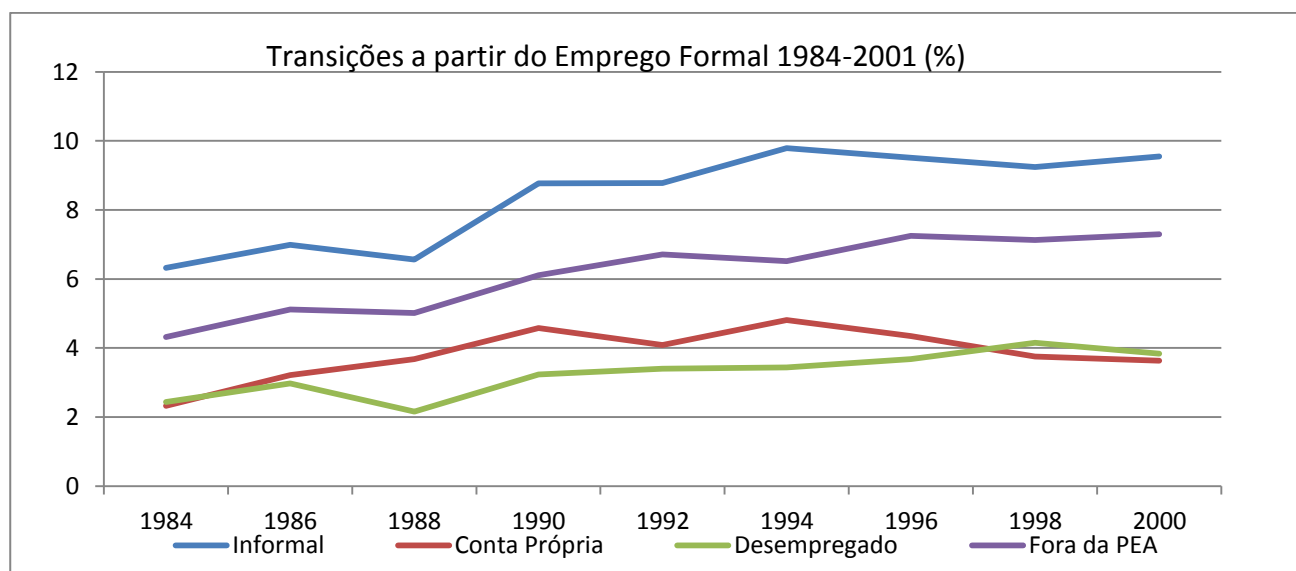
Figura 3.4: Taxa de Permanência no Setor Inicial 1984-2001 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME do IBGE.

Podemos entender melhor essa dinâmica ao analisarmos a figura 3.5 e constatarmos que houve um aumento significativo na taxa de transição dos trabalhadores formais para fora da PEA e, principalmente, para o desemprego, a partir da transição entre 1996 e 1997. Esse aumento está de acordo com a mudança na estrutura produtiva brasileira, apresentada anteriormente, que teria sido responsável pela diminuição dos empregos formais.

Figura 3.5: Transições a partir do Emprego Formal 1984-2001 (%)

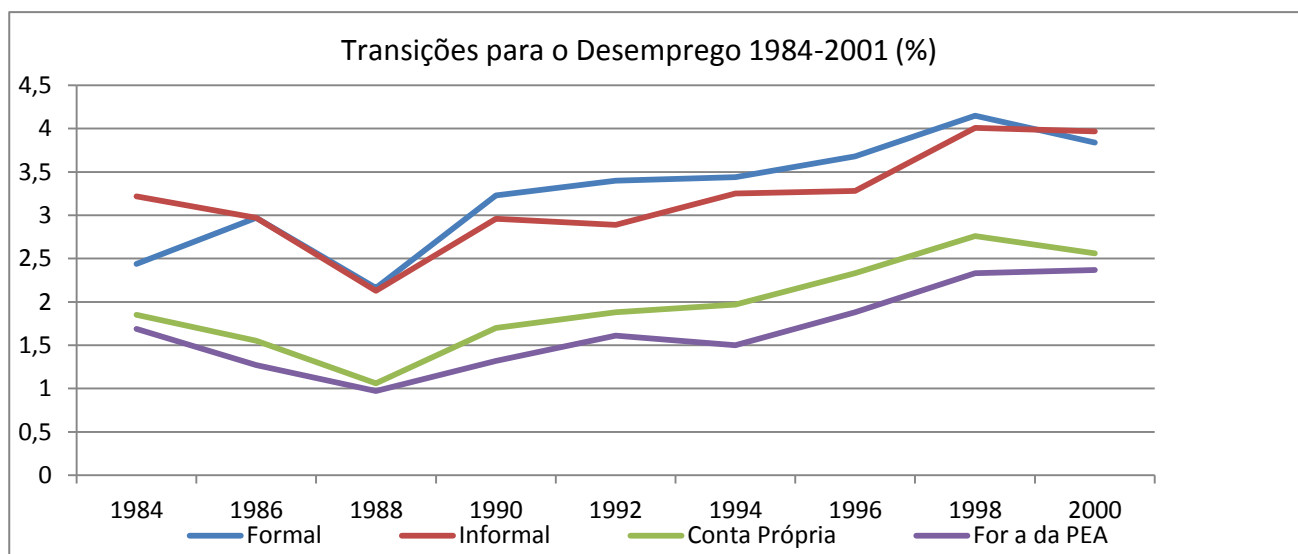


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME do IBGE.

A partir da transição entre 1996 e 1997, testemunhou-se não só o aumento na taxa de transição do trabalhador formal para o desemprego como também o aumento na taxa de transição

dos trabalhadores inativos e por conta própria para o desemprego, como pode ser visto na figura 3.6.

Figura 3.6: Transições para o Desemprego 1984-2001 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME do IBGE.

De forma geral, então, podemos resumir as transições no mercado de trabalho metropolitano brasileiro, nos anos 1980 e 1990 da seguinte forma: os trabalhadores formais foram os únicos que tiveram uma queda na taxa de permanência na sua situação durante todo o período. Tipicamente, os trabalhadores formais transitaram para empregos informais, para empregos por conta própria, para o desemprego e para fora da PEA. A partir de 1996, quando a restrição externa se torna mais intensa, aumentam as transições para o desemprego e aumenta, também, a taxa de saída do emprego formal. A fim de investigar se a razão saldo em transações correntes/PIB tem impacto nas transições mencionadas anteriormente e, portanto, explica os movimentos do mercado de trabalho metropolitano brasileiro nos anos 1980 e 1990, principalmente a partir de 1996 - quando aumenta a intensidade da restrição externa - este trabalho pretende empregar o modelo logit multinomial, esboçado anteriormente, que mede a probabilidade de transição dos trabalhadores entre as cinco situações.

3.4 Resultados Econométricos

A tabela 3.2 nos mostra os coeficientes da variável saldo TC/PIB nos modelos do tipo *logit multinomial* que estimam a probabilidade de um trabalhador da quarta entrevista ter mudado de situação na oitava entrevista.⁶ O valor expresso na tabela 3.2 nos permite analisar apenas a

⁶ Os coeficientes das variáveis de controle foram omitidos por conveniência de exposição.

significância estatística dos coeficientes estimados. O impacto exato de cada variável na probabilidade de transição pode ser vista na tabela 3.3, que reporta os efeitos marginais do saldo TC/PIB a partir dos coeficientes estimados. Observa-se na tabela 3.2 que a variável “Saldo TC/PIB” é significativa para todos os modelos de transição, exceto na transição dos trabalhadores informais para o trabalho por conta própria e na transição destes últimos para fora da PEA.

Tabela 3.2: Coeficiente do Saldo TC/PIB nos Modelos de Transição

	Variável Dependente				
	Formal	Informal	C. Própria	Desemprego	Fora PEA
	Coeficiente (Desvio Padrão)				
Formal		-5.899*** (0.473)	-4.449*** (0.682)	-12.03*** (0.722)	-8.469*** (0.543)
Informal	4.241*** (0.483)		-0.902 (0.667)	-10.78*** (1.108)	-2.672*** (0.630)
C. Própria	7.133*** (0.748)	-3.446*** (0.670)		-12.74*** (1.420)	0.382 (0.563)
Desemprego	16.28*** (1.186)	2.848** (1.345)	3.416** (1.477)		2.419* (1.250)
Fora PEA	4.181*** (0.569)	-3.833*** (0.553)	2.496*** (0.505)	-11.10*** (0.850)	

*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1

Na primeira linha da tabela 3.3, percebe-se que variações negativas na razão saldo TC/PIB fazem com que aumentem as probabilidades de transição do trabalhador formal para fora da PEA, para o desemprego, para a informalidade e para o trabalho por conta própria. Em contrapartida, a mesma variação negativa da razão saldo TC/PIB diminui a probabilidade de permanência do trabalhador no setor formal. Podemos ver na segunda linha da tabela 3.3, que apresenta os efeitos marginais do modelo de transição dos trabalhadores informais, que variações negativas na razão saldo em transações correntes/PIB também fazem com que suas probabilidades de transição para o desemprego e para fora da PEA aumentem, ao mesmo tempo em que diminui a probabilidade de transição para o emprego formal. As probabilidades de transição para o trabalho por conta própria e de permanência no emprego informal não são estatisticamente significantes. Já na terceira linha da tabela 3.3, vemos que variações negativas na razão saldo em transações correntes/PIB são responsáveis pelo aumento das probabilidades de transição dos trabalhadores por conta própria para o desemprego e para o emprego informal e pela diminuição da probabilidade de transição para o emprego formal. Na quarta linha da tabela 3.3, vemos que variações negativas na razão saldo em transações correntes/PIB fazem com que aumentem as probabilidades de transição dos trabalhadores desempregados para fora da PEA, para o emprego informal, para o emprego por conta própria e para a própria permanência na situação de desemprego, enquanto que diminui sua

probabilidade de transição para o emprego formal. Finalmente, na quinta linha da tabela 3.3 podemos observar que variações negativas na razão saldo em transações correntes/PIB são responsáveis pelos aumentos nas probabilidades de transição dos trabalhadores inativos para o emprego informal e para o desemprego, ao mesmo tempo em que são responsáveis pela diminuição da probabilidade de transição para o emprego formal.

Tabela 3.3: Efeito Marginal do Saldo TC/PIB nas Transições

	Formal	Informal	Conta Própria	Desemprego	For a da PEA
Formal	1,1373	-0,3187	-0,1004	-0,3291	-0,3890
Informal	0,9273	-0,1344	-0,1121	-0,3538	-0,3270
Conta Própria	0,5801	-0,3541	-0,0315	-0,2535	0,0590
Desemprego	2,9396	-0,6492	-0,3938	-0,9957	-0,9009
For a da PEA	0,1869	-0,1548	0,1304	-0,1798	0,0173

Nas tabelas 3.4 e 3.5 podemos analisar os efeitos marginais do saldo em transações correntes/PIB calculados para as transições a partir do emprego e para as transições para o desemprego. Esses efeitos foram calculados separadamente para os períodos pré-1996 e pós-1996, quando a restrição externa se tornou mais intensa. Na tabela 3.4, vemos que, de fato, a probabilidade de saída do trabalhador do emprego formal aumentou a partir de 1996, em comparação ao período anterior. Ou seja, sua transição para outras situações no mercado de trabalho se tornou mais sensível aos movimentos da razão saldo em transações correntes/PIB. Na tabela 3.5, podemos observar que a probabilidade de transição dos trabalhadores para o desemprego também aumentou a partir de 1996, em comparação ao período anterior, fazendo com que essa transição específica se tornasse mais sensível aos movimentos da razão saldo em transações correntes/PIB.

Tabela 3.4: Efeitos Marginais (dy/dx) para Transições a partir da Formalidade

	Formal	Informal	Conta Própria	Desemprego	For a da PEA
<i>Antes de 1996</i>	1,09	-0,31	-0,10	-0,31	-0,37
<i>A partir de 1996</i>	1,27	-0,34	-0,10	-0,39	-0,44

Tabela 3.5: Efeitos Marginais (dy/dx) de Transições para o Desemprego

	Formal	Informal	Conta Própria	Desemprego	For a da PEA
<i>Antes de 1996</i>	-0,31	-0,32	-0,22	-0,99	-0,16
<i>A partir de 1996</i>	-0,39	-0,40	-0,31	-1,00	-0,23

Podemos dizer, então, baseado nos resultados apresentados, que os trabalhadores formais, informais, por conta própria e inativos tiveram suas probabilidades de transição para o desemprego afetadas pelas variações da razão saldo em transações correntes/PIB, nas décadas de 1980 e 1990.

Tipicamente, quando houve variação negativa da razão saldo em transações correntes/PIB, aumentou a probabilidade de o trabalhador empregado transitar para o desemprego. Outros dois destinos frequentes dos trabalhadores empregados, em situações de variação negativa da razão saldo transações correntes/PIB, foram a informalidade e a inatividade, e em menor grau o trabalho por conta própria. Mais do que isso, no período em que a restrição externa se tornou mais intensa – a partir de 1996 – a probabilidade de saída do emprego formal foi aumentada em relação ao período anterior para as mesmas variações na razão saldo transações correntes/PIB. Também foi aumentado, a partir de 1996, o impacto de variações na razão saldo transações correntes/PIB na probabilidade de transição dos trabalhadores para o desemprego.

4 Conclusão

Este artigo mostrou, através de uma revisão da literatura sobre taxa natural de crescimento endógena à demanda, a possibilidade de se obter taxas de crescimento de longo prazo determinadas pela restrição imposta à taxa de crescimento da demanda compatível com o equilíbrio de longo prazo do balanço de pagamentos. Além disso, foi construído um modelo de crescimento no qual a taxa de crescimento da participação da força de trabalho se ajusta de forma a igualar a taxa de crescimento de longo prazo da oferta com a taxa de crescimento da demanda compatível com o equilíbrio de longo prazo do balanço de pagamentos. Tipicamente, quando a taxa de crescimento de longo prazo da demanda se encontra limitada superiormente pela restrição de equilíbrio do balanço de pagamentos, de modo a impedir sua igualdade com a taxa de crescimento de longo prazo da oferta, a taxa de crescimento da participação da força de trabalho diminui de modo a permitir essa compatibilização. Essa diminuição é responsável pelo aumento da inatividade, da informalidade e do desemprego.

A análise empírica, por sua vez, nos mostrou que a restrição externa de equilíbrio no balanço de pagamentos, medida através da razão entre o saldo em transações correntes e o PIB, contribuiu, de fato, para um movimento específico no mercado de trabalho metropolitano brasileiro. De um modo geral, nas décadas de 1980 e 1990, houve um aumento na probabilidade dos trabalhadores empregados formalmente transitarem para a informalidade, para o trabalho por conta própria, para o desemprego e para fora da PEA. Esse resultado está de acordo com os dados de estoque e de transição entre as situações, apresentados e analisados neste trabalho, bem como com o resultado sugerido pelo modelo de crescimento. Ou seja, as mudanças nessas probabilidades se refletem na queda da parcela dos trabalhadores formais e no aumento das parcelas dos trabalhadores informais, dos trabalhadores por conta própria, dos desempregados e dos inativos. Outra conclusão deste trabalho é que o aumento da intensidade da restrição externa, a partir de 1996, foi responsável pelo aumento do impacto de variações negativas da razão saldo transações correntes/PIB na

probabilidade de saída da formalidade e da transição para o desemprego, em comparação ao período anterior, evidenciando ainda mais a influência deletéria da restrição externa na dinâmica do mercado de trabalho brasileiro no período analisado.

5 Referências

- CARVALHO, Laura Barbosa; KUPFER, David. A transição estrutural da economia brasileira: uma análise dos fatores explicativos pela ótica da demanda. *Anais do XXXVI Encontro Nacional de Economia*, 2008.
- CARVALHO, Veridiana Ramos Silva. A restrição externa e a perda de dinamismo da economia brasileira: investigando as relações entre estrutura produtiva e crescimento econômico. *Dissertação de mestrado*, IPE-USP: São Paulo, 2006.
- CARVALHO, Veridiana Ramos Silva; LIMA, Gilberto Tadeu. Estrutura produtiva, restrição externa e crescimento econômico: a experiência brasileira. *Economia e Sociedade*, v. 18, n. 1 (35), p. 31-60, 2007.
- CURI, Andrea; MENEZES-FILHO, Naércio Aquino. O Mercado de Trabalho Brasileiro é Segmentado? Alterações no Perfil da Informalidade e nos Diferenciais de Salários nas Décadas de 80 e 90. *Estudos Econômicos*. Instituto de Pesquisas Econômicas, v. 36, p. 160-19, 2006.
- GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, M. M. (Org.) *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro, BNDES, 1999.
- GOUVÊA, Raphael R. Padrão de especialização produtiva e crescimento econômico sob restrição externa: uma análise empírica. *Dissertação de mestrado*, IPE-USP: São Paulo, 2010.
- NERI, Marcelo; CAMARGO, J. M. e REIS, M. C. Mercado de trabalho nos anos 90: fatos estilizados e interpretações. *Texto para discussão nº 743*. IPEA: Rio de Janeiro, 2000.
- NERI, Marcelo; COELHO, D.; ANCORA, M.; PINTO, A. Aspectos dinâmicos do desemprego e da posição na ocupação. *Estudos Econômicos*, v. 27, n. especial, p. 137-159, 1997.
- PALLEY, Thomas. Pitfalls in the theory of growth: an application to the balance-of-payment-constrained growth model, in SETTERFIELD, M. (ed.) *The Economics of Demand-Led Growth*, Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2002.
- RAMOS, Lauro; FERREIRA, V. Padrões espacial e setorial da evolução da informalidade no período 1991-2005. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 36(3). IPEA: Rio de Janeiro, 2006.
- RIBAS, R. P., SOARES, S. S. D. Sobre o Painel da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE. *Texto para Discussão n 1348*. IPEA, 2008.
- THIRLWALL, Anthony P. Okun's law and the natural rate of growth. *Southern Economic Journal*, July, pp. 87-9, 1969.

- THIRLWALL, Anthony P. The balance of payments constraint as an explanation of international growth rate differences. *Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review*, March, pp. 45-53, 1979.
- THIRLWALL, Anthony P. The relation between the warranted growth rate, the natural rate, and the balance of payments equilibrium growth rate. *Journal of Post Keynesian Economics*, Fall 2001; 24 (1), pp. 81-8, 2001.
- VERDOORN, P. Fattori che regolano lo sviluppo della produttività del lavoro. *L'Industria*, pp.3-10, 1949.
- WOOLDRIDGE, J. M. *Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data*. Cambridge, MA, The MIT Press, 2002.